



**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo: Política Social, Seguridade Social e Proteção Social

**Proteção Social: uma aproximação ao contexto local a partir
da leitura do cadastro único da política de assistência social**

Ana Lúcia Kraiewski ¹
Ana Patrícia Pires Nalesso²

Resumo: Este artigo analisa os dados do Cadastro Único no município de Londrina (PR), para compreender a situação de proteção social local. A pesquisa é de caráter bibliográfico e utiliza dados vinculados a emprego, renda e mudanças demográficas, especialmente relacionadas à transição da fecundidade. A leitura dos dados permite apoiar o planejamento, o diagnóstico e a avaliação das políticas públicas, além de orientar ações de proteção social voltadas à redução das desigualdades. Nessa perspectiva, os indicadores sociais oferecem informações que, quando analisadas tanto objetivamente quanto subjetivamente, contribuem para reconhecer quais contextos favorecem a proteção social e onde persistem situações de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Proteção Social; Cadastro Único; Políticas Públicas.

Abstract: This article analyzes data from the Unified Registry in the municipality of Londrina (PR), to understand the local social protection situation. The research is bibliographic in nature and uses data linked to employment, income, and demographic changes, especially those related to the fertility transition. The analysis of the data allows for supporting the planning, diagnosis, and evaluation of public policies, as well as guiding social protection actions aimed at reducing inequalities. From this perspective, social indicators offer information that, when analyzed both objectively and subjectively, contribute to recognizing which contexts favor social protection and where situations of vulnerability persist.

Keywords: Social Protection; Single Registry; Public Policies.

¹ Assistente Social, coordenadora do cadastro Único/PBF na prefeitura de Nova Esperança/PR, mestre e doutoranda PPGSER/UEL, e-mail: aluciakr@hotmail.com

² Professora Doutora em Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, e-mail: apatriciapn@uel.br

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, país continental com suas especificidades em cada região, estado e município exige um escopo de estudos para pensarmos uma política social que responda as necessidades da população. Sendo assim, os estudos que trazem informações sobre a realidade local ganham relevância, diante disso, para apreender aspectos da proteção social efetivada em um município de grande porte focamos nosso olhar para a Política de Assistência Social em especial buscamos dados do Cadastro Único no município de Londrina (PR), entendendo que esse instrumento além de oferecer dados da população mais fragilizada consegue oferecer elementos para entendermos como se configura a proteção social em cada município.

A relevância da análise destes dados locais se faz, por sua vez, vislumbrando ser neste espaço geográfico que os programas e as políticas públicas pulsam, é no município que ocorre o atendimento direto à população usuária da política de Assistência Social.

Nas últimas décadas, no bojo da descentralização na prestação de serviços sociais das instâncias federal e estadual para as prefeituras, alguns órgãos públicos vêm disponibilizando os dados de seus cadastros para outras finalidades que não somente o controle administrativo ou registro legal para o qual foram idealizados. Com isso, possibilitam construir novos indicadores para monitoramento de programas e formulação de políticas sociais, especialmente em âmbito municipal. (Jannuzzi, 2001, p.51).

Este artigo analisará os dados do Cadastro Único de maneira local, utilizando-se de uma pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico.

É importante identificar o contexto histórico da criação do Cadastro Único e como o mesmo foi executado ao longo do período proposto, observando em especial as tratativas do Governo Federal frente a ele e os demais programas sociais. No que tange a desigualdade social, pensá-la a partir de dados do cadastro único traz à luz estatísticas necessárias para as políticas públicas poderem ser avaliadas, bem como, aprimoradas diante desses dados.

O Cadastro Único representou, e em grande medida ainda representa, um avanço significativo na perspectiva de coleta de dados, sistematização das informações e unificação de uma base de dados dos cidadãos que necessitam acessar os programas sociais.

Analisar de forma sistematizada tais dados nos permite progredir no diálogo entre os territórios, usuários das Políticas Públicas, em especial da Assistência Social e a vigilância socioassistencial.

Uma abordagem sistematizada sobre os dados cria possibilidades em gerar nas gestões públicas, o conhecimento sobre o potencial dessas informações, otimizando o emprego dos programas e impactando diretamente o cenário de desigualdade social.

Um dos grandes desafios postos é avançarmos na organização e análise de dados obtidos e contribuir, por sua vez, para a discussão sobre a desigualdade social tão alarmante que é a causa direta de tantos fenômenos maléficos para nossa sociedade e das proteções e

desproteções sociais.

O município de Londrina (PR) onde está localizado a Universidade Estadual de Londrina (UEL). Este município é considerado de grande porte, essa classificação se dá segundo a Política Nacional de Assistência Social, compreendendo os municípios com o número da população acima de 100.000 habitantes.

Esta classificação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) define o repasse de recursos federais, bem como a estrutura de serviços da assistência social possíveis de implantação no município, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), entre outros, bem como estabelece a equipe técnica mínima para esses equipamentos e atendimento à população, ou seja, é determinante para estabelecer o nível de proteção socioassistencial o município pode ter.

Desta forma, a análise dos dados utilizando-se do Cadastro Único e pesquisando os indicadores gerados através dessa base de dados pública possível de consultar por meio do CECAD (Consulta, seleção e extração de informações do CadÚnico) que é uma ferramenta que permite conhecer as características socioeconômicas das famílias e pessoas incluídas no Cadastro Único (domicílio, faixa etária, trabalho, renda etc.) tanto a nível nacional, estadual e municipal torna-se relevante para identificar as proteções e desproteções sociais frente ao cenário de desigualdade social e oferta de serviços socioassistenciais, desta forma, este artigo busca, portanto, contribuir para a compreensão dessa realidade, visando expandir a pesquisa para os demais municípios do Paraná.

2 DESENVOLVIMENTO

Para analisar os dados do Cadastro Único (CadÚnico) é importante passar o processo de implantação deste cadastro no Brasil que se tornou a principal base de dados que identifica e caracteriza as famílias em situação de pobreza no país, sendo usado como instrumento para a seleção e inclusão de famílias dos diversos programas sociais e concessão de benefícios de transferência de renda como o Programa Bolsa Família e o Pé-de-Meia.

Na década de 1990 período anterior a criação do CadÚnico, os primeiros desenhos de programas de transferência de renda foram o “Bolsa Alimentação”, do Ministério da Saúde, que visava ao atendimento de crianças menores de 6 anos e gestantes de baixa renda; o “Vale Gás”, do Ministério de Minas e Energia (MME), e a “Bolsa Escola”, do Ministério da Educação (MEC). (Silva, 2004, p.30).

Cada programa era pensado separadamente e também possuíam cada um uma forma de cadastramento, ou seja, haviam “seus próprios critérios de elegibilidade, banco de dados de beneficiários e estratégias de implementação, impediu uma articulação mais efetiva entre eles e outras ações em curso para o combate à pobreza e a garantia da segurança alimentar no Brasil.” (Silva, 2004, p.30).

Posteriormente, no início dos anos de 2000, com novas perspectivas de gestão da área social e combate à fome, foi compreendido que as famílias tinham que ir em vários lugares diferentes ao passo também realizar vários cadastros, na ideia de unir esses programas e também esses cadastros, iniciou uma nova fase com a implantação do Programa Bolsa Família no ano de 2003.

O CadÚnico está intimamente ligado ao Programa Bolsa Família, pois, com a implantação de um programa federal de transferência de renda houve a necessidade de criar um robusto sistema, porém não podemos desconsiderar a importância deste sistema para os demais programas e benefícios sociais, bem como, para a geração de dados e consequentemente indicadores sociais das famílias de baixa renda em todo território nacional. Dessa maneira:

O Cadastro deve, por princípio, ser o registro administrativo no qual se baseia uma gama de políticas sociais e, neste sentido, pode e deve ser entendido como algo maior do que o Bolsa Família. Ao mesmo tempo, entretanto, sabe-se que o esforço para a construção de um registro administrativo do porte do CadÚnico só seria viabilizado se houvesse um forte programa usuário. Este programa foi o Bolsa Família. (Paiva; Falcão; Bartholo, 2013, p. 30).

Além do PBF, o CadÚnico serve de base para programas como Minha Casa Minha Vida, Programa Bolsa Verde, PRONATEC, Tarifa Social de Energia Elétrica, entre outros, ampliando sua abrangência e importância para a inclusão social em especial a partir de 2011. Assim nos mostra Camargo:

(...) o CadÚnico, que teve sua expansão e consolidação ancorada na trajetória de expansão do PBF, em 2011 ampliou sua utilização para mais de dezoito programas do governo federal (Minha Casa Minha Vida, Programa Bolsa Verde, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, Tarifa Social de Energia Elétrica, Telefone Popular, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, entre outros), constituindo-se na porta de entrada para o acesso à boa parte das políticas sociais brasileiras, justamente aquelas voltadas para a parcela da população historicamente com menor visibilidade para a política pública. (Camargo, 2013, p. 160).

A responsabilidade pela coleta e atualização dos dados no CadÚnico cabe às prefeituras municipais, que devem realizar visitas domiciliares em 20% das famílias cadastradas. O sistema reúne dados detalhados, como idade, renda per capita, condições do domicílio, acesso a serviços básicos, infraestrutura urbana, entre outros, fornecendo um retrato preciso da vulnerabilidade social local (Gonçalves; Barreto; Martins, 2024).

O CadÚnico tem papel fundamental na gestão de programas sociais voltados para a redução da pobreza e desigualdade social, permitindo a identificação das necessidades específicas dos territórios. Isso é especialmente relevante diante da histórica concentração de renda e propriedade no Brasil, onde, diferentemente de países com renda per capita similar que apresentam cerca de 10% de pobres, aproximadamente 30% da população brasileira vive em situação de pobreza, sendo cerca de 55 milhões de pessoas, das quais 22 milhões em extrema pobreza (Weissheimer, 2006).

Através dos dados das famílias inseridos no CadÚnico diversas ferramentas de compilamento vem sendo criadas e aprimoradas aumentando as possibilidades de diversos indicadores sociais sejam gerados e possam contribuir através de sua análise para o avanço da proteção social no país.

Para analisar os dados do CadÚnico e outras ferramentas e sistemas disponíveis dentro da Assistência Social foi estabelecida pela Norma Operacional Básica (NOB/SUAS/2012) uma função da Política de Assistência Social que deve ser destacada que é a Vigilância Socioassistencial (VSA), ferramenta estratégica para planejar monitorar e avaliar ações socioassistenciais (Carmo & Guizardi, 2017) a partir dos dados do CadÚnico e outras ferramentas e que tem o potencial de identificar as proteções e as desproteções sociais no município.

Muitos ainda são os desafios de implantação dessa função dentro da Política de Assistência Social e após quatorze anos da instituição da VSA ainda não está estabelecida em todos os municípios do Brasil e do Paraná. Um levantamento realizado no primeiro semestre de 2025 pela Secretaria do Desenvolvimento Social e Família do Estado do Paraná (SEDEF/PR) apontou que apenas 16,04% dos municípios do Paraná possuíam VSA instituída; 25,31% dos municípios do estado possuíam a VSA parcialmente implantada e 58,65% dos municípios ainda não possuíam VSA instituída. Esses dados apontam ainda uma grande lacuna na efetivação da VSA nos municípios paranaenses.

A falta de implantação da VSA traz prejuízos aos municípios no avanço e qualificação da Política de Assistência Social, visto que, análise dos dados ficam deficitária, bem como o planejamento, diagnóstico e monitoramento e identificação de vulnerabilidades fica comprometida sem essa função.

Algumas das limitações de implantação e implementação da VSA manifestam-se de diversas formas: escassez de profissionais especializados, dificuldades em manter equipes multidisciplinares, e a ausência de programas contínuos de capacitação (Mota, 2017). Ademais, a falta de recursos financeiros impede a aquisição de equipamentos necessários, comprometendo a continuidade das ações (Carlos Mota *et al.*, 2020).

Além disso, a infraestrutura precária é um obstáculo considerável para a implementação da VSA. A falta de espaços adequados e o acesso limitado à tecnologia dificultam a coleta e análise de dados, bem como a comunicação entre diferentes níveis de gestão (Esposte, Sousa, & Barbosa, 2023). A articulação intersetorial, que é essencial para a eficácia da VSA, também enfrenta dificuldades, como a complexidade de parcerias com outras áreas governamentais e a falta de coordenação entre os níveis de gestão, comprometendo a integralidade do atendimento às famílias (Santos Lacerda *et al.*, 2021; Carmo & Guizardi, 2017).

A avaliação dos impactos das políticas sociais pode ser realizada por meio de indicadores sociais. Segundo Jannuzzi (2001), indicadores produto refletem as condições efetivas de vida da população, como esperança de vida, escolaridade e níveis de pobreza, permitindo aferir os resultados concretos das políticas públicas. Em contrapartida, indicadores insumo medem os

recursos alocados, distinguindo a aplicação de recursos do seu efeito social.

A análise dos indicadores sociais e dos dados geram informações ricas para identificar as rotções e também as desproteções sociais neste complexo contexto de desigualdade social e requer cuidado e a compreensão de que o problema transcende a mera insuficiência de renda, englobando dimensões materiais, políticas e subjetivas. A exclusão social é um processo complexo e multifacetado, intrinsecamente relacionado à inclusão, conforme apontado por Sawaia (2008, p. 9).

2.1 Análise da Estrutura Socioeconômica e do Cadastro Único em Londrina (PR)

O município de Londrina, localizado na região norte do Estado do Paraná, possui 555.965 (censo 2022) habitantes, segunda cidade mais populosa do Estado, apresenta um perfil demográfico predominantemente urbano, concentrando 540.361 áreas urbanas, enquanto 15.640 pessoas residem na zona rural (IBGE, 2022).

Tal configuração demográfica caracteriza um município de grande porte com significativa urbanização, o que influencia diretamente a organização socioeconômica local, se destacando como principal polo do Norte do Paraná, com forte influência regional, sendo um centro de serviços, agroindústria e tecnologia,

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL; IBGE, 2023), a renda média dos trabalhadores formais em Londrina corresponde a aproximadamente 2,6 salários mínimos. A taxa de ocupação formal registrada em 2023 é de 242.760, revelando que um número expressivo da população encontra-se empregada em regime formal. (BRASIL; IBGE, 2024).

Através dos dados obtidos da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único - SagiCad, indicam que, em fevereiro de 2026, existiam 72.698 famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico), instrumento fundamental para a identificação das famílias em situação de vulnerabilidade social e para o acesso a programas sociais federais e municipais. Destas, 20.535 famílias estavam em situação de pobreza 1 que se caracteriza pela renda per capita de até R\$ 109. Em situação de pobreza 2 que se caracteriza pela renda per capita de R\$ 109 a R\$ 218 foram 5.163 famílias. Em situação de baixa renda que se caracteriza pela renda de R\$ 218 até meio salário mínimo foram 15.292 famílias e ainda com renda per capita mensal superior a meio salário mínimo foram 31.708 famílias (SAGI, 2026).

No que tange às pessoas cadastradas, o número total registrado foi de 164.058 indivíduos, dos quais 46.009 estavam em situação de pobreza 1 e 14.067 pessoas em situação de pobreza 2 em condição de baixa renda foram 43.591 pessoas, configurando um contingente expressivo de pessoas em vulnerabilidade econômica (SAGI, 2025). Este cenário indica que uma parcela considerável da população local enfrenta dificuldades socioeconômicas significativas, o que pode refletir em desigualdades no acesso a bens e serviços essenciais.

Quanto à transferência de renda, o município de Londrina possuía, no mesmo período, cerca de 25.245 famílias representando 66.461 pessoas para o recebimento do Programa Bolsa Família, com um benefício médio mensal de R\$ 675,63. Dentro do Bolsa Família, são distribuídos outros benefícios por tipo, tais como BRC¹ (66.449 famílias), BC² (23.449 famílias), BPI/BPF³ (12.909 famílias), e BET⁴ (0 famílias). (SAGI, 2025).

Os dados apresentados são públicos e acessíveis em níveis nacional, estadual e municipal. Destaca-se, nessas informações, à proporção entre o número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e o total de pessoas que compõem essas famílias, ou seja, o cálculo que permite determinar o tamanho médio dessas famílias — quantas pessoas, em média, vivem em cada família que recebe o benefício.

No município de Londrina há 71.940 famílias cadastradas representando 162.665 pessoas, assim, a relação entre esses números indica que, em média, cada família cadastrada é composta por cerca de três pessoas. Essa relação é importante porque revela o perfil familiar inseridas no CadÚnico, o que ajuda a entender a demanda por recursos e a dimensão do impacto social no município (BRASIL; IBGE, 2024).

Podemos perceber diante esse panorama que existe um número expressivo de famílias/pessoas que se encontram cadastradas com renda acima de meio salário mínimo per capita. Esse dado pode nos indicar que as famílias estão em busca de possibilidades de maior proteção social, pois, mesmo possuindo uma renda que não se caracteriza como pobreza 01 e 02 de acordo com os parâmetros adotados pelo Ministério de de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) ainda assim essa renda não está sendo suficiente para a sobrevivência digna das famílias.

É possível apreender que diante das relações econômicas e sociais, a renda é elemento fundamental para a garantia da vida, mas diante do quadro de precarização das relações de trabalho, parcela da população menos privilegiada acaba conseguindo trabalhos precários com baixa remuneração e nenhuma proteção, o que obriga as famílias a procurarem nas políticas públicas a possibilidade de acesso a benefícios que garantam minimamente as condições de vida, exemplo disso são os benefícios como o vale gás, luz fraterna, isso dentro do escopo da política de assistência social, pois, temos que destacar aqui a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) e da política de educação que trazem garantias de acesso a serviços essenciais a vida.

Essa dinâmica, que necessidade vai além da renda, pois, ela não se apresenta como suficiente em muitas famílias contribui para a compreensão do perfil socioeconômico das famílias cadastradas e subsidia o planejamento e a implementação de políticas públicas mais abrangentes (Gonçalves; Barreto; Martins, 2024).

1 Benefício de Renda Continuada

2 Benefício de Combate a Pobreza

3 Benefícios Previdenciários e Familiares

4 Benefício Emergencial Transitório

Através dos dados levantados de pobreza 1, 2 e de baixa renda, é possível vislumbrar que a pobreza e a baixa renda ainda são realidades marcantes no município. A coexistência de uma parcela substancial da população em emprego formal e outra igualmente significativa em situação de vulnerabilidade socioeconômica demonstra a complexidade do desafio enfrentado por políticas públicas voltadas à inclusão social (Lopes e Ferreira, 2024).

Percebemos que através dos dados do CadÚnico é possível obter um panorama das pessoas que necessitam e buscam por atendimento social, seja em busca de benefícios sociais ou acesso aos serviços, programas e projetos que possam trazer mais possibilidades e proteção social a sua família.

Quando damos a luz a esses dados de maneira local vamos dando formas as necessidades reais da população e entendendo suas características e localização geográfica. É possível ainda compreender as maiores vulnerabilidades sociais quando afunilamos esses dados especificamente para as pessoas e famílias beneficiárias do Bolsa Família.

2.2 Análise dos dados do Programa Bolsa Família no Município de Londrina (PR)

O PBF, tem como objetivos combater a fome e reduzir as desigualdades sociais e regionais, atuando em conjunto com políticas nas áreas de saúde, educação e assistência social. Apesar dos desafios impostos por instituições democráticas ainda recentes e frágeis, essas ações representam avanços importantes para as populações vulneráveis como nos aponta Weissheimer:.

(...) pessoas que estavam fora do alcance das políticas sociais e que viviam em situação de grande pobreza passaram a ser beneficiadas por uma rede de proteção social inédita em suas vidas – e inédita no Brasil. E para quem não tinha praticamente nada, ter algum avanço de renda, mesmo que pequeno, já causa um grande impacto na vida. (Weissheimer, 2006, p. 12).

Por meio de equipamentos socioassistenciais com as equipes locais de cadastradores do CadÚnico e acompanhamento das famílias através das equipes técnicas dos Centros de Referência de Assistência Social através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado Integral à Família (PAEFI) , o PBF alcança o seu público-alvo em estreita relação com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é recente, datando de 2005, e é a partir dele que o PBF passa então a atuar no nível local. São os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), a unidade básica do SUAS, que passam a ser a porta de entrada para o conjunto dos programas que envolvem o PBF. Com isto, o PBF, apesar de contar com uma secretaria própria no interior do MDS, é trasladado para o âmbito da assistência social. (Cohn, 2013, p. 459).

O PBF destaca-se como um benefício que atua de maneira intersetorial através de suas condicionalidades que articula saúde, educação e assistência social, promovendo a inclusão de

famílias historicamente excluídas do acesso a serviços públicos. Na saúde a condicionalidade envolvem o acompanhamento nutricional e de crianças, gestantes e nutrizes, na educação a condicionalidade se dá através do acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes.

As condicionalidades do PBF levanta uma reflexão que é importante destacar no que tange a sua intencionalidades, visto que, colocar condições/condicionalidades para as famílias beneficiárias pode conotar a uma vigilância para essas famílias.

O termo vigilância entra em discussão a partir dessa reflexão e consequentemente o papel da VSA na gestão da informação analisando e supervisionando os programas, benefícios e projetos dentro da assistência social, dessa maneira nos aponta Rizzotti:

Se a compreensão no âmbito da política de assistência social for pautada pela concepção de pobreza e miséria, a lógica da função, a começar pelo próprio significado da palavra “vigilância” – do verbo vigiar, no sentido de controle, ganha uma conotação distorcida sobre seu real objetivo, que é desvelar e tornar visível as situações de desproteção social e defesa dos direitos da classe que vive do trabalho. Desse ponto de vista, a vigilância, “jamais deve ser compreendida e executada como ferramenta de coerção e controle da população, como instrumento do Estado para vigiar, enquadrar e punir cidadãos” (Rizzotti, 2013, p. 147)

Neste sentido a VSA acaba também se tornando um espaço de luta e resistência pela direção social dada, pois, pautada na concepção da política de assistência social exerce o compromisso dos interesses da classe trabalhadora, mas pode deturpamente ser utilizada para a direção da ordem social e utilizada aos interesses da classe dominante e assim se caracterizar como uma vigilância que quer punir e/ou monitorar os mais pobres. (Carraro, 2017)

A dimensão das condicionalidades do PBF e assim também da VSA deve ser compreendida como estratégia para a superação de vulnerabilidades sociais e ampliação da proteção social, bem como, na identificação de desproteções que estão latentes e que são vivenciadas pelas famílias da classe trabalhadora em seus territórios.

O PBF, desde sua implementação, tem sido alvo de diversos mitos e preconceitos. Entre os mais recorrentes está a suposição de que as famílias beneficiárias tendem a aumentar sua prole para obter maior volume de recursos provenientes do programa. Contudo, pesquisas robustas desconstróem essa narrativa, demonstrando que a realidade dos beneficiários é substancialmente diferente do senso comum (Passos et al., 2024).

Na coletânea Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania, organizada por Tereza Campello e Marcelo Côrtes Neri (2013), é apontado que um dos principais mitos sobre o programa é a crença de que ele estimula o aumento da natalidade nas famílias beneficiárias. Contrariando tal entendimento, os dados demonstram que “As mulheres beneficiárias ampliaram o uso de métodos contraceptivos, o declínio da fecundidade continua e tem sido maior entre os mais pobres e nos estados com maior cobertura do PBF.” (Campello, 2013, p. 13)

Corroborando essa constatação, Alves e Cavenaghi (2013) demonstram que não há

diferença estatística relevante no comportamento reprodutivo entre mulheres beneficiárias e não beneficiárias "Estudos acadêmicos mostram que, na prática, o PBF não tem provocado o aumento do número de filhos das famílias beneficiadas. " (Alves; Cavenaghi, 2013, p. 42)

Ainda segundo os autores, observa-se um processo de convergência nas taxas de fecundidade entre diferentes grupos sociais. A redução tem sido mais acentuada justamente entre os mais pobres, "A história está repleta de exemplos de que a cidadania é o melhor contraceptivo e que a efetiva autodeterminação reprodutiva contribui para o processo de mobilidade social ascendente" (Alves; Cavenaghi, 2013, p. 42).

Portanto, o argumento de que o PBF incentiva o aumento da fecundidade carece de qualquer respaldo empírico e científico. Importante destacar o perfil das Famílias Cadastradas em Londrina (PR), onde, a análise dos dados do Observatório do Cadastro Único (2026) revela que as famílias beneficiárias no município possuem, em média, três integrantes, o que reflete características socioeconômicas associadas às famílias em situação de vulnerabilidade (SAGI, 2026).

Observa-se predominância significativa de mulheres como responsáveis familiares, sendo 55,31% mulheres contra 44,69% homens. Esse dado está alinhado com a orientação do programa, que prioriza a titularidade feminina no cadastro, como estratégia para fortalecer a autonomia econômica das mulheres e mitigar situações de violência doméstica (SAGI, 2025).

Além disto, os dados do Cadastro Único de 2026 no município de Londrina indicam a seguinte distribuição da atividade de trabalho principal entre os cadastrados, pessoas empregadas com carteira assinada: 24,11%; trabalhadores por conta própria: 9,80%.

Esse panorama evidencia que a maioria dos indivíduos cadastrados se encontra inserida no mercado de trabalho formal. Esse dado confronta diretamente outro mito frequentemente difundido — o suposto desestímulo ao trabalho gerado pelos programas de transferência de renda (Gonçalves; Barreto; Martins, 2024).

Oliveira e Soares (2013) refutam veementemente essa tese, dizendo que "Não há indícios claros de que as transferências sejam grandes desencorajadores da oferta de trabalho. " (p. 57) e, ainda reforçam que "Quando se encontra algum efeito deste tipo, é pequeno, localizado em grupos nos quais é menos indesejado socialmente e incapaz de compensar os benefícios da política e sua excelente focalização." (p. 57)

Desta forma, os dados indicam que a população cadastrada não busca o benefício como substituto do trabalho, mas sim como complemento necessário diante da insuficiência dos rendimentos no contexto de profundas desigualdades sociais.

O Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único (IVCAD) constitui-se como um instrumento analítico relevante para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas no âmbito da assistência social. Esse índice é calculado sobre uma escala que varia de 0 a 1, sendo que valores mais próximos de 1 representam maior situação de vulnerabilidade social, enquanto valores próximos de 0 indicam menor vulnerabilidade (Lopes e Ferreira, 2024).

No município de Londrina (PR), o IVCAD registrado foi de 0,276, calculado a partir de um

universo de 71.940 famílias e 162.665 pessoas, correspondendo a aproximadamente 29,3% da população local, segundo os dados mais recentes do Censo Demográfico de 2022. Esse dado, embora sugira uma vulnerabilidade relativamente controlada, não pode ser interpretado de maneira isolada, tampouco deve ocultar as desigualdades estruturais presentes no território.

O IVCAD é composto por seis dimensões interdependentes, que, quando analisadas de forma integrada, oferecem uma compreensão abrangente da situação social das famílias cadastradas, são elas: (1) Necessidade de Cuidados (NC); (2) Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI); (3) Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes (DCA); (4) Trabalho e Qualificação de Adultos (TQA); (5) Disponibilidade de Recursos (DR) e, (6) Condições Habitacionais (CH).

No que diz respeito a Necessidade de Cuidados (NC), o índice avalia a presença de pessoas no domicílio que demandam cuidados permanentes, como idosos, pessoas com deficiência ou doenças incapacitantes. Essa dimensão revela a sobrecarga, especialmente feminina, nas funções de cuidado, historicamente atribuídas às mulheres (Lopes e Ferreira, 2024).

Quanto ao Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI), se considera as condições que impactam o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos. Inclui acesso à educação infantil, nutrição, saúde e condições que garantam o desenvolvimento físico, cognitivo e socioafetivo adequado, em consonância com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990) e das Diretrizes Nacionais da Primeira Infância (Araújo et al., 2021; Passos et al., 2024).

Já quanto ao Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes (DCA), se avalia a permanência escolar, acesso à educação de qualidade, segurança no território e políticas protetivas, fundamentais para a prevenção de situações como o trabalho infantil, a evasão escolar e a violência (Araújo et al., 2021).

Enquanto isto, no quesito de Trabalho e Qualificação de Adultos (TQA), há a aferição do grau de inserção no mercado de trabalho e o acesso a processos de qualificação profissional.

Acerca da Disponibilidade de Recursos (DR), este índice reflete o acesso da família à renda, a programas de transferência de renda, à segurança alimentar, bem como à estabilidade econômica mínima para garantir padrões dignos de vida. Mesmo com a inserção laboral, a persistência de famílias cadastradas com renda per capita inferior a meio salário mínimo revela que o trabalho, por si só, não tem sido suficiente para romper com os ciclos de pobreza (Lopes e Ferreira, 2024).

E por fim, sobre as Condições Habitacionais (CH), engloba-se o acesso a moradia adequada, abastecimento de água, saneamento básico, coleta de lixo e energia elétrica, que são determinantes sociais da saúde e do bem-estar. A precariedade habitacional permanece como um dos desafios estruturantes, especialmente nas famílias em situação de pobreza (Lopes e Ferreira, 2024; Passos et al., 2024).

A partir dos dados já inseridos na pesquisa, a análise do IVCAD no município de Londrina,

embora revele um índice relativamente baixo (0,276), não significa ausência de vulnerabilidade. Ao contrário, demonstra que parte significativa da população se encontra sob diferentes formas de risco social, em especial nas dimensões que extrapolam o mero acesso à renda, como acesso à educação de qualidade, saúde, moradia digna e suporte para as atividades de cuidado.

É importante destacar que o dado positivo no eixo Trabalho e Qualificação de Adultos, com expressiva quantidade de trabalhadores formais, refuta a tese do chamado “efeito preguiça” associada aos programas de transferência de renda, como discutido por Oliveira e Soares (2013). Estes autores, a partir de extensa análise empírica, demonstram que não há evidências robustas de que o Programa Bolsa Família ou outros programas similares desincentivem o trabalho formal ou a busca por emprego.

Ademais, a alta proporção de mulheres cadastradas reforça um padrão historicamente consolidado na política de assistência social brasileira, em que recai sobre as mulheres a responsabilidade pelo cuidado familiar e pela busca ativa por acesso às políticas públicas. Essa realidade está diretamente conectada às discussões de gênero e divisão sexual do trabalho, onde o cuidado não é apenas uma função social, mas também um marcador de desigualdade estrutural.

Por fim, é necessário que se compreenda que, embora os programas de transferência de renda e os serviços socioassistenciais desempenhem papel fundamental na mitigação da pobreza, os limites impostos pelas faixas de renda (como o critério de R\$ 218,00 per capita) não são capazes de abarcar toda a complexidade e multifacetamento da pobreza contemporânea, como bem analisado por Eduardo Suplicy (2002), defensor da Renda Básica de Cidadania como proposta de garantia universal e incondicional de subsistência digna.

Portanto, a leitura dos dados do IVCAD não pode ser descolada da análise crítica sobre as desigualdades sociais, econômicas e de gênero, exigindo dos gestores públicos, pesquisadores e da sociedade civil a constante reflexão sobre a necessidade de reformulação dos critérios de acesso, ampliação da proteção social e fortalecimento de políticas públicas intersetoriais que garantam efetivamente o direito à dignidade humana.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a análise de indicadores sociais é algo urgente a ser aprimorado em nosso país, pois, os dados estão sendo expandidos e construídos, porém, não podem ficar por eles mesmos, é necessário cada vez mais darmos luz a eles através da literatura para alcançarmos voos maiores em especial a proteção social no Brasil.

Uma das principais formas de analisar os indicadores sociais e expandir a proteção social no país bem como identificar as desproteções sociais é através da Vigilância Socioassistencial, que quando usada estratégia que agrega cientificidade e identificação de vulnerabilidades no território consegue potencializar os serviços, programas e projetos dentro da assistência social

e com seu caráter intersetorial alargar a proteção social.

Os dados nos elucidaram o perfil das famílias em situação de pobreza de maneira local, apontando algumas características principais como a composição média das famílias, o nível de empregabilidade, a predominância do sexo em relação aos responsáveis familiares no cadastro único.

Percebemos que a composição média das famílias em Londrina são de 3 pessoas, o que nos aponta em uma diminuição no número de filhos entre as famílias cadastradas, bem como um alto índice de empregabilidade formal, que junto ao dado em que a maior parte das famílias cadastradas possuem renda superior a meio salário mínimo nos traz um ponto de atenção sobre a busca dessas famílias em maior proteção social, pois, mesmo estando com empregos formais e uma renda considerada suficiente para a sobrevivência não está trazendo segurança e qualidade de vida, pois há a busca por serviços que possam melhorar e/ou minimizar os impactos e subjetividades humanas que envolvem renda e também para além apenas do quesito de renda.

Assim podemos indicar que enquanto um município de grande porte, Londrina segue a tendência de ter famílias menores, ou seja, podemos observar aqui que o mito que as pessoas da classe trabalhadora “vão tendo filho” para ganhar benefício não é real, e nesse lastro destacamos que os dados também nos indicaram que no cadastro único há grande número de famílias que embora tenham renda, ela é insuficiente, ou seja, não há desconpatibilização entre acesso ao benefício e trabalho o que existe são relações de trabalho precários que não oferecem renda suficiente para as pessoas sustentarem a si e suas famílias.

Outro dado relevante é que se mantém como média nacional e estadual a prevalência das mulheres sendo as responsáveis familiares no cadastro único demonstrando uma questão de gênero, visto que ainda se dá a mulher o papel de cuidado com a família e filhos de maneira predominante.

Desta maneira, ainda há um caminho árduo a ser percorrido para a ampliação da proteção social a nível municipal, mesmo com dados que demonstram aspectos positivos e de avanços nas políticas sociais, se faz necessário jogar luz aos dados para o aprimoramento e identificação das desproteções sociais que estão postas e vivenciadas entre as famílias e indivíduos.

4 REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGH, Suzana. O Programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. p. 41-42.

ARAÚJO, Fábio Resende; ARAÚJO, Maria Arlete Duarte; SOUZA, Fábila Jaiany Viana de.; BRITO, Renatha Celiana da Silva. A implementação do Programa Bolsa Família: revisão de literatura. **Emancipação**, Ponta Grossa - PR, Brasil., v. 21, p. 1–20, 2021. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.21.2114655.017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/14655>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, 2012.

BRASIL. **Decreto n. 3.877** de 24 de julho 2001. Diário Oficial da União de 25/07/2001, p.68, 2001. Disponível em:
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=3877&ano=2001&ato=06akXQU90MNPWT145>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Brasil sai do mapa da fome das Nações Unidas segundo FAO**. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>. Acesso em: jan. 2026.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Londrina**. 2026. Disponível em
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/francisco-beltrao/panorama>. Acesso em 10/02/2026

CAMARGO, Camila Fracaró; CURRALERO, Claudia Regina Baddini; LICIO, Elaine Cristina; MOSTAFA, Joana. Perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o Cadastro Único revela? In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. p. 31.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013, p. 15-24.

Carlos Mota, D., Freitas Santos, L., & Fernanda Soares Fonseca, M. (2020). A política municipal de assistência social e as medidas socioeducativas em meio aberto: avanços e desafios. Revista Serviço Social Em Perspectiva, 3(1), 120-137. Recuperado de
<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/259>

Carmo, M. E. do, & Guizardi, F. L. (2017). Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. Physis, 27(4), 1265–1286.
<https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000400021>

CARRARO, Gisele. Vigilância Socioassistencial: ferramenta ao controle social e base empírica à educação permanente. Anais da VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís, MA, 2017.

COHN Amélia. Desafios de uma Trajetória de Êxito: Dez Anos do PBF. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013. P. 455-466.

Esposte, J. de P. D., Sousa, L. P. de, & Barbosa, R. R. B. (2023). A política de segurança alimentar e nutricional no Brasil entre 2015 e 2019: uma revisão integrativa. Serviço Social & Sociedade, 146(2), e6628322. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.322>

GONÇALVES, Marilene Parente; BARRETO, Ketnen Rose Medeiros; MARTINS, Valter. Trajetória do Bolsa Família e a recomposição das estratégias de superação da fome no Brasil. **Princípios**, [S. l.], v. 43, n. 169, p. 105–123, 2024. Disponível em:
<https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/337>. Acesso em: 15 jan. 2026.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Hucitec, 1983.

LOPES, Fernanda Lopes.; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. A construção da Política Pública de Assistência Social brasileira. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, [S. l.], v. 35, n. 1, 2024. DOI: 10.31423/oikos.v35i1.16017. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/oikos/article/view/16017>. Acesso em: 10 jan. 2026.

OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de; SOARES, Sergei Suarez Dillon. “Efeito preguiça” em programas de transferência de renda? In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. p. 57-58.

PAIVA, Luis Henrique; FALCÃO, Tiago e; BARTHOLO, Letícia. Do Bolsa Família ao Brasil sem miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. P. 25-46.

PASSOS, Paulo; PETEAN, Gustavo Henrique; MORAES, Rodrigo Bombonati de Souza; BEVILACQUA, Solon. Programa Bolsa Família na perspectiva das pesquisas em administração pública: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Organizações em Contexto*, [S. l.], v. 19, n. 38, p. 27–59, 2024. DOI: 10.15603/2176-0985/roc.v19n38p27-59. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/organizacoesemcontexto/article/view/53>. Acesso em: 01 fev. 2026.

POCHMANN, Marcio. Nova política de inclusão socioeconômica. In: WERTHEIN, Jorge; NELOTO, Marlova J. (org.). **Pobreza e desigualdade social no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2004. p. 75-88.

RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. Aspectos econômicos e políticos determinantes da política social brasileira. *Argumentum*, v. 5, n. 1, p. 165-179, 2013

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Editora Ática, 1989.

SAWAIA, Bader. Introdução: Exclusão ou Inclusão Perversa? In: Sawaia, Bader (Org.). **AS ARTIMANHAS DA EXCLUSÃO – Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social**. 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 7-13.

SAGI. Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação. **Relatório de Programas e Ações**. Março, 2025. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?mes_pesquisa=03&ano_pesquisa=2025#bolsafamilia

SILVA, Sandro Pereira. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação. **Texto para discussão** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.